

A expansão da rede escolar do Ensino Primário durante o Estado Novo - uma política de voluntarismo minimalista

Alexandra Cabeçadas Arsénio Nunes Aníbal

A presente comunicação tem por base um trabalho de investigação que constituiu a tese de mestrado em sociologia¹ da autora.

A investigação foi suscitada pela constatação de grande parte da actual rede de escolas do 1º ciclo do ensino básico ser constituída por edifícios escolares construídos durante o período de tempo em que vigorou em Portugal o regime do Estado Novo.² Pretendeu-se indagar em que contexto, de que forma e com que objectivos o Estado Novo procedeu à construção de uma rede densa de escolas primárias no período compreendido entre 1930 e 1970.

Começou-se por se efectuar uma caracterização da sociedade portuguesa entre os anos 30 e 70, das condições políticas e económicas do país e da história do sistema de ensino português, caracterização essa que permitiu elaborar as duas primeiras hipóteses de investigação e chegar às seguintes conclusões:

- A inexistência de uma camada média de peso significativo na estrutura social portuguesa terá comprometido a procura social de educação em Portugal;
- O Estado terá tido um papel determinante enquanto impulsionador quase único da oferta educativa em Portugal ao nível do ensino primário entre 1930 e 1970, sem concorrentes à altura (igreja católica e ensino particular).

Na sequência destas conclusões, a investigação centrou-se na seguinte hipótese:

- O modelo de expansão do ensino primário em Portugal, entre os anos 30 e 70 terá sido um modelo nacional único, planeado centralmente, dotado de grande racionalidade de custos, de procedimentos e de objectivos. Ter-se-á centrado na expansão territorial da rede escolar, suportando-se na construção de novas escolas e criação de postos escolares, numa lógica sobretudo quantitativa.

Para comprovação desta hipótese, procedeu-se à recolha e análise dos seguintes elementos:

- legislação produzida sobre a rede escolar e construção de edifícios escolares, entre a qual os dois planos nacionais de construção de escolas: o *Plano dos Centenários* e o *Novo Plano*;
- peças desenhadas dos projectos-tipo de arquitectura das escolas primárias definidos pelo Ministério das Obras Públicas entre 1930 e 1970;
- verbas afectas às construções escolares nos Orçamentos Gerais do Estado, ano a ano, entre 1930 e 1970;
- informação estatística disponível sobre rede escolar e população, a nível nacional e distrital (Estatísticas da Educação, Anuários estatísticos, Recenseamentos Gerais da População).

O confronto da hipótese formulada com os elementos recolhidos e analisados permite concluir o seguinte:

¹ Mestrado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação do Professor Doutor Sérgio Grácio.

² Confirmou-se esta constatação empírica através de um estudo/levantamento publicado em 1995 pelo Ministério da Educação que indica que pelo menos 62% das escolas em funcionamento no início dos anos 90 foram construídas entre 1930 e 1970.

O modelo de expansão da rede escolar do ensino primário caracterizou-se, de facto, pela sua centralização:

- presente na definição dos dois planos nacionais de construção de edifícios escolares, cujos números e distribuição de escolas são definidos centralmente;
- presente no enquadramento institucional das construções escolares: centradas no MOP/Delegação para a Construção das Escolas Primárias da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais que geria os processos de construção relativos a todas as regiões do país;
- presente na concentração das verbas afectas àquele fim numa rubrica única e autónoma do orçamento do MOP, ao contrário da anterior dispersão de verbas por várias rubricas orçamentais.

O modelo de expansão caracterizou-se também pelo seu carácter de extrema racionalidade e minimalismo na utilização de recursos e nos procedimentos:

- Os edifícios escolares obedeciam a projectos-tipo de arquitectura definidos pelo MOP. Caracterizavam-se pela simplificação extrema e progressiva dos espaços interiores e acabamentos exteriores (em contraste com os projectos e normas técnicas produzidos durante a I República). A depuração dos espaços dos edifícios escolares inicia-se com os primeiros projectos da autoria de Raúl Lino e Rogério de Azevedo, em meados dos anos 30, e vai-se acentuando ao longo do período em estudo, com as escolas do *Plano dos Centenários*, entre os anos 40 e 50, e as escolas *tipo rural* e *tipo urbano*, na década de 60;
- Optou-se por um recurso maciço aos postos escolares, que chegam a constituir 1/3 do parque escolar nacional.

As conclusões desta investigação apontam ainda nas seguintes direcções:

- Houve um investimento efectivo por parte do Estado nas construções escolares do ensino primário. Esse investimento traduziu-se na afectação crescente de verbas nos Orçamentos Gerais do Estado à construção de edifícios destinados ao ensino primário;
- Houve capacidade de concretização efectiva que se traduziu na densificação da rede escolar;
- Verificaram-se alguns desequilíbrios na expansão territorial da rede: analisando a evolução das redes escolares distritais entre 1930 e 1970 conclui-se que foram privilegiadas as cidades de Lisboa e Porto (dado o seu crescimento populacional) e também os distritos do norte litoral do país; ao sul do país estiveram menos atentos os poderes centrais que aí recorreram mais significativamente aos postos escolares.

Voluntarismo, no que se refere ao empenhamento efectivo do Estado Novo na prossecução de objectivos definidos numa perspectiva quantitativa. Minimalismo nas opções feitas para atingir esses objectivos: investimento centrado na base do sistema, concepção da *Escola-sala de aula*, depurada de todos os elementos espaciais considerados dispensáveis à aprendizagem, construção de pequeníssimas escolas disseminadas pelo território português, recurso aos postos escolares, minimalistas por definição.

Ter-se-á optado pelo mínimo para se conseguir a máxima cobertura pelo ensino primário das crianças em idade escolar. E a consequência é a nossa rede actual de escolas do 1º ciclo do ensino básico, constituída em grande parte por edifícios dessa época, resistentes em termos físicos mas isolados, sem ligações a outros graus de ensino e com falta de espaços adequados às práticas pedagógicas e educativas actuais.